



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

# Anais

## III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva *Ações Inclusivas de Sucesso*

Belo Horizonte  
24 a 28 de maio de 2004

---

Realização:



## **Mesa Redonda “Educação Inclusiva – Processos Escolares”**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O DESAFIO DE AMPLIAR O ATENDIMENTO DE ALUNOS  
COM QUALIDADE E FORMAÇÃO DOCENTE <sup>1</sup>**

***Rosângela Gavioli Prieto***

FEUSP – EDA

***Elisabeth Neide Klaus Cacalano***

***Ligia Cecilia Buso Sernagiotto***

***Marli Vizim***

***Leila da Silva Soueid***

***Ana Paula Antonelli***

***Marisa Abreu de Carvalho Dias***

***Liliane Garcez.***

***Ana Paula Ferras Leon***

***Vanessa Ronquini Mendonça***

***Tiliana de Oliveira Zara***

Av. Dr. Antonio Maria de Laet, 347 - Tucuruvi. CEP 02240-000. São Paulo – SP

Fone/Fax: (11) 3815 0232

E-mail: [rosangel@usp.br](mailto:rosangel@usp.br)

---

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa sobre políticas públicas em Educação, financiado pelo Programa de Pesquisas em Políticas Públicas da FAPESP/2002 (n.º Processo 2001/02953-8), no período de fevereiro a julho de 2003, aguardando parecer para continuidade em 2004.

## Introdução

Esta pesquisa tem sido desenvolvida mediante a consolidação das parcerias entre a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), o Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA) e a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Diadema (SECEL).

A união dessas três instâncias - concebida enquanto fator imprescindível para a realização deste estudo investigativo - fundamentou-se na possibilidade de agregar os interesses e as necessidades de cada qual, com vistas a levantar indicadores para a melhoria de políticas públicas voltadas ao atendimento de alunos considerados com necessidades educacionais especiais, incluindo a formação docente, bem como a aprofundar conhecimentos no campo das pesquisas qualitativas sobre educação e a formar alunos e professores pesquisadores.

Cumpre destacar que o município de Diadema reúne elementos que viabilizam a realização dessa pesquisa em decorrência de seu histórico de ações desenvolvidas no campo da educação especial, bem como por comportar diversas formas de atendimento educacional especializado nos diferentes níveis e modalidades de ensino que compõem sua rede.

Como objetivos gerais pretende descrever, analisar e avaliar práticas do poder público que comportam formas de atendimento educacional especial exclusivo e paralelo ao ensino regular, para alunos considerados com necessidades especiais, e o fluxo escolar deste alunado. Além disso, buscará estabelecer princípios e parâmetros norteadores para a elaboração de programas de formação inicial e continuada para professores, que lhes propiciem suporte para o trabalho com esse alunado em classes comuns, tendo-se em vista a construção de um ensino de qualidade.

Esses compromissos se desdobram nos seguintes objetivos específicos:

1. Resgatar, sistematizar e registrar a história da educação especial no município de Diadema, desde 1988<sup>2</sup>, ano de implantação do primeiro serviço de educação especial público em Diadema, até 2005<sup>3</sup>, primeiro ano de gestão da equipe administrativa que sucederá a atual;
2. organizar e analisar os princípios, objetivos e metas da política educacional geral e da educação especial de Diadema;
3. avaliar a coerência entre os princípios, objetivos e metas da educação neste município com as propostas implantadas e implementadas no período a ser estudado;
4. caracterizar a população com necessidades educacionais especiais que faz uso dos recursos e serviços sociais disponíveis em Diadema e organizar dados que possibilitem, ainda, averiguar quantos são os municípios sem atendimento e quais suas reivindicações;
5. resgatar e acompanhar a trajetória escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais atendidos pelas escolas comuns e pelos serviços de educação especial;
6. sistematizar indicadores para avaliação de políticas educacionais públicas direcionadas ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, que possibilitem indicar para o poder público algumas direções referenciais para o aprimoramento de seus planos e programas;
7. estabelecer princípios e parâmetros norteadores para a elaboração de programas de formação inicial e continuada de professores para atuar em classes comuns com alunos com necessidades educacionais especiais.

A avaliação de políticas públicas de cunho social constitui-se tarefa complexa, que envolve diferentes dimensões: humana, ideológica, financeira, entre outras. Tal como pontuam Belloni, Magalhães e Sousa,

---

<sup>2</sup> A gestão 1983-1988 foi do prefeito Gilson Menezes (PT).

<sup>3</sup> Primeiro ano da administração eleita no pleito de 2004.

*“política pública é a ação intencional do Estado junto à sociedade. Assim, por estar voltada para a sociedade e envolver recursos sociais, toda política pública deve ser sistematicamente avaliada do ponto de vista de sua relevância e adequação às necessidades sociais”. (BELLONI, MAGALHÃES e SOUSA, 2001, p.44)*

Para essas autoras, dois são os principais objetivos que justificam o desenvolvimento de estudos que avaliam políticas públicas. Um deles é

*“conhecer seus fatores positivos, apontar seus equívocos e insuficiências, com a finalidade de buscar seu aperfeiçoamento ou reformulação”; o outro é “oferecer subsídio para a tomada de decisão”, que “refere-se tanto à continuidade da política examinada, quanto a ajustes ou reformulações de suas ações, em face dos objetivos da própria política e/ou dos setores atingidos” (BELLONI, MAGALHÃES e SOUSA, 2001, p.45).*

Partindo dessas premissas e com vistas a atender os objetivos ora propostos, foi indicada a abordagem qualitativa, considerada por Chizzotti como aquela que

*... parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 1995).*

A partir desses pressupostos, a efetivação desta pesquisa dar-se-á pela utilização dos procedimentos detalhados a seguir.

### **Procedimentos metodológicos**

Considerando a pertinência dos instrumentos de coleta de dados instituídos por Chizzotti (1995) a uma abordagem qualitativa, testaram-se eles na primeira etapa desta pesquisa, sendo retomados e aprimorados em sua continuidade, a análise documental e o estudo de caso, que envolvem a observação do cotidiano escolar, aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas, bem como registros fotográficos, não prescindindo, todavia, de coleta e sistematização de dados quantitativos que permitam complementar e subsidiar a avaliação da política de educação especial em Diadema.

Segundo apontam Guba e Lincoln, a utilização de documentos apresenta várias vantagens, dentre as quais podem ser destacadas:

*... [o] fato de que os documentos constituem uma fonte estável e rica. Persistindo ao longo do tempo, os documentos podem ser consultados várias vezes e inclusive servir de base a diferentes estudos, o que dá mais estabilidade aos resultados obtidos. Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador (GUBA e LINCOLN, 1981 Apud LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.39).*

Os outros procedimentos adotados com a finalidade de atingir os objetivos propostos para esta pesquisa caminham também na direção de possibilitar a reunião de informações suficientes para compreender a realidade estudada, permitindo a descrição, avaliação e sistematização de elementos que possam contribuir para o aprimoramento das ações do poder público.

### **Instrumentos de coleta de dados**

A elaboração e a testagem-piloto dos instrumentos de coleta de dados utilizados na primeira etapa desta pesquisa foram realizadas pelos integrantes da equipe de pesquisa que, para tal, subdividiram-se em dois Grupos de Trabalho.

Um dos Grupos de Trabalho, denominado GT - Análise Documental, ficou responsável por agrupar, catalogar, ler e classificar os registros coletados, bem como por sistematizar um breve histórico sobre a educação especial em Diadema, cujo resultado consta em item posterior deste projeto<sup>4</sup>. Na continuidade, essa equipe será responsável por aprimorar os critérios de análise documental e ampliar o acervo, agregando as demais produções de 2003 e as que serão divulgadas nos dois anos subseqüentes, repetindo, assim, o tratamento dado ao primeiro conjunto de textos localizados. Ainda, deverão organizar todo o referencial analítico da política de educação especial de Diadema para subsidiar as discussões da equipe durante esta pesquisa, e até o final dela, bem como para auxiliá-la a compreender e sistematizar seus resultados.

O outro Grupo de Trabalho, denominado GT - Estudo de Caso, desenvolveu e implementou os critérios, estratégias e instrumentos para viabilizar o estudo de caso, que

---

<sup>4</sup> Em um dos anexos apresentados no Relatório Científico, pode ser encontrada a sistematização de todo o material lido na FASE I. Também dispomos de cinco volumes de documentos, divididos pelas gestões administrativas: o primeiro volume contém documentos de 1983 a 1988; o segundo, de 1989 a 1992; o terceiro, de 1993 a 1996; o quarto de 1997 a 2000; e o último, de 2000 ao primeiro semestre de 2003.

incluíram mapeamento quantitativo dos atendimentos atuais e anteriores em educação especial; observações do cotidiano escolar; participação em reuniões pedagógicas; consulta a documentos escolares, particularmente os Planos Anuais; caracterização dos professores e entrevistado; aplicação dos questionários; realização de entrevistas, transcrição e análise dos depoimentos, com base na elaboração de categorias; fotografias de todas as escolas de Diadema e análise da adequação do espaço escolar às normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR Lei n.º 9050 e pela Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000<sup>5</sup>.

### **Constituição da amostragem: critérios de elegibilidade das escolas**

A rede municipal de Diadema é constituída por 45 (quarenta e cinco) unidades escolares, sendo 43 (quarenta e três) de ensino regular, 1 (uma) de ensino especial para deficientes auditivos e outra unidade cedida para funcionamento do Centro de Atenção à Inclusão Social (CAIS) (Tabelas 1 e 2). Merece destaque o fato de que este município comporta, em várias de suas escolas, diferentes níveis e modalidades de ensino, tal como registrado na Tabela 1. Portanto, pressupõe-se o convívio de professores com diferentes tipos de experiências e de alunos em diversas faixas etárias, apresentando ou não necessidades educacionais especiais.

---

<sup>5</sup> Esta Lei federal foi publicada no Diário Oficial da União, em 20 de dezembro de 2000.

**Tabela 1.** Agrupamento das escolas por níveis e modalidades de ensino<sup>6</sup>

Modalidades e Níveis de Ensino	n.º de Escolas
Educação Infantil Integral	4
Educação Infantil Parcial	3
Educação Infantil Integral e Parcial	2
Ensino Fundamental e Suplência II	1
Alfa/Pós e Suplência II	1
Educação Infantil Integral e Alfa/Pós	5
Educação Infantil Integral e Suplência II	3
Educação Infantil Integral, Educação Infantil Parcial e Alfa/Pós	1
Educação Infantil Integral, Educação Infantil Parcial e Suplência II	2
Educação Infantil Parcial e Alfa/Pós	15
Educação Infantil Parcial e Suplência II	2
Educação Infantil Parcial, Ensino Fundamental e Alfa/Pós	3
Educação Infantil Parcial, Alfa/Pós e Suplência II	1
<b>Total</b>	<b>43</b>

**Tabela 2.** Localização e identificação dos equipamentos específicos de educação especial em Diadema

Região	Nº de Escolas	
Centro-Oeste	2	<ul style="list-style-type: none"> <li>– E. M. “Elza de Lourdes Segres” - Centro de Atenção à Inclusão Social - CAIS</li> <li>– EMEE “Olga Benário Prestes”</li> </ul>
<b>Total</b>	<b>2</b>	

<sup>6</sup> Tabelas elaboradas para o Relatório Científico, Fapesp – 2003.



No sistema de ensino de Diadema, a quase totalidade das escolas comuns tem alunos com necessidades educacionais especiais. Os critérios para eleger uma amostra desse universo de 43 unidades escolares regulares foram elaborados na primeira etapa deste estudo, a partir da tabulação e da análise dos dados coletados. Assim, pretende-se garantir a representatividade das quatro diferentes regiões do município de Diadema (Norte, Sul, Centro-Oeste e Leste), mediante a escolha de duas escolas por região que atendam a mais de um nível de ensino e um número significativo de alunos com diferentes tipos de necessidades educacionais especiais.

Cabe registrar, ainda, que dado seu papel no processo de construção do atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais em Diadema e, conseqüentemente, em seu enquadramento como recursos especiais, o Centro de Atenção à Inclusão Social (CAIS) e a Escola Municipal de Educação Especial “Olga Benário Prestes” já estão incluídos na amostra a ser estudada na próxima etapa desta pesquisa.

Atentando para o CAIS, os dados já coletados mostram que atende outros munícipes matriculados em escolas estaduais ou que não estão freqüentando escolas regulares públicas. Dos alunos que estão matriculados nas escolas municipais diademenses, em classes comuns, uma só parcela recebe atendimento via serviço itinerante; outra, além do acompanhamento itinerante, recebe atendimento nesse Centro em horários inversos ao seu turno escolar. Em síntese, os professores do CAIS atendem alunos da rede de ensino de Diadema, da rede estadual, da rede particular e alguns munícipes não regularmente matriculados em serviços de educação escolar.

A E.M.E.E. “Olga Benário Prestes”, por outro lado, foi assumindo um perfil administrativo e pedagógico adaptado para o atendimento de pessoas com deficiência auditiva que suscita resgate, compreensão e análise com vistas ao seu aprimoramento, se assim os dados indicarem.

Em síntese, espera-se que os estudos de casos (focalizando os recursos especiais e uma amostra das escolas regulares) possibilitem averiguar se os planos, programas e projetos existentes atendem às demandas da população que apresenta necessidades educacionais especiais e, ainda, que seus resultados permitam a formulação de informações e análises sobre a política de educação especial a serem usadas pelos gestores em Diadema.

Há, ainda, a possibilidade de complementar as informações, utilizando entrevistas com agentes que, na trajetória histórica do município, acompanharam o processo de implementação de propostas políticas ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais.

## **Análise dos dados**

Tal como já explicitado, o estudo contará com informações provenientes de duas fontes básicas. Um conjunto será composto pelo resultado da análise dos documentos oficiais, o outro conjunto resultará das análises elaboradas a partir dos estudos de casos.

A análise documental requer, segundo Lüdke e André,

*... num primeiro momento, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes. Num segundo momento, essas tendências e padrões são reavaliados, buscando-se relações e inferências num nível de abstração mais elevado (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.45).*

Para alcançar tal grau de estruturação, esse material será submetido a sucessivas leituras posto que, segundo Rummel, a análise dos dados requer “a classificação, realização de comparações e observação de diferenças entre os dados” e, para Lüdke e André, os procedimentos analíticos devem perpassar todo o desenvolvimento do estudo, permitindo retomadas do material que possibilitem a reorientação do “olhar” para o objeto pesquisado. (RUMMEL, 1977, p.57 e LÜDKE e ANDRÉ, 1986, respectivamente).

Esse tratamento inicial possibilitará verificar a “pertinência das questões selecionadas frente às características específicas da situação estudada e decidir quais, entre essas, merecem maior exploração, os aspectos que devem ser enfatizados, outros que podem ser eliminados e novas direções a serem tomadas” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.45).

No caso dos documentos, os que por fim forem selecionados, deverão ser relidos e reorganizados, com vistas a possibilitar a análise documental, um procedimento que, segundo Chaumier, é “uma operação ou um conjunto de operações visando a representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência” e que, para Cunha, “destina-se a facilitar a

recuperação da informação” (CHAUMIER, 1974 *Apud* BARDIN, 1977, p.45-46 e CUNHA, 1990, p.59, respectivamente).

As informações coletadas nos estudos de casos, que incluirão dados quantitativos e outros, obtidos por meio de entrevistas, questionários, consulta a documentos e registros fotográficos - tal como já explicitado - serão sistematizadas, categorizadas em sub-temas e analisadas à luz do referencial teórico da área de educação e educação especial, bem como pelos subsídios construídos pela análise dos documentos oficiais.

Para melhor compreender o objeto focalizado por esta pesquisa, os itens a seguir apresentam, primeiramente, uma breve reflexão sobre o papel do Estado enquanto agente garantidor dos direitos sociais, particularmente do direito à educação; o outro situa a evolução da educação especial em Diadema, uma sistematização elaborada a partir da consulta aos documentos reunidos durante a primeira etapa; e, por último, os dados do estudo de caso-piloto.

### **Educação para todos: uma combinação de quantidade total do atendimento com qualidade social do ensino**

A igualdade, a liberdade, a dignidade e o pleno desenvolvimento da pessoa são alguns dos direitos garantidos a todos na Constituição Federal de 1988 (CF/88). Para atingí-los estão previstos, neste documento oficial, os direitos à saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados, além, é claro, do direito à educação (art. 6º, CF/88). Direito é aqui compreendido como:

*“Aquilo que é justo, reto e conforme à lei; [...] 11. Prerrogativa, que alguém possui, de exigir de outrem a prática ou obtenção de certos atos, ou o respeito a situações que lhe aproveitam; jus; 12. Faculdade concedida pela lei; poder legítimo”* (FERREIRA. Dicionário Aurélio, 1994, 1995).

Retomando o texto constitucional de 1988, cumpre ressaltar que, apesar de o direito à educação ser extensivo a todos, o único nível de ensino garantido como gratuito e obrigatório é o fundamental, cuja oferta é responsabilidade prioritária dos municípios.

Em consonância às diretrizes brasileiras nacionais adotadas nos anos 90, a Secretaria de Educação Especial, órgão do Ministério da Educação (SEESP/MEC), pautada pelo processo de municipalização do ensino fundamental, vem defendendo - com maior ênfase após 1995 - que o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, tanto neste nível de ensino quanto no da educação infantil, seja, de fato, assumido pelas prefeituras.

Entretanto, a realidade social brasileira em muito precisa ser mudada, pois as ações implementadas pelos governantes ainda não deram conta de estender os direitos sociais a todos. No que tange à educação, Pontes de Miranda analisa que:

*... a educação somente pode ser direito de todos se há escolas em número suficiente e se ninguém é excluído delas, portanto se há direito público subjetivo à educação, e o Estado pode e tem que entregar a prestação educacional. Fora daí, é iludir com artigos de Constituição ou de leis. Resolver o problema da educação não é fazer leis, ainda excelentes; é abrir escolas, tendo professores e admitindo os alunos (MIRANDA, 1963 Apud VIEIRA, 2001, p. 27).*

Quando os que apresentam necessidades educacionais especiais são tomados como referência, a Constituição Federal de 1988 lhes garante, enquanto um dos deveres do Estado, o “atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino” (art. 208, III). Há que se destacar, contudo, que atingir tal objetivo exige a expansão da oferta de vagas nas escolas públicas e investimentos financeiro e político na melhoria de sua qualidade e a organização dos serviços para que as necessidades dos alunos sejam contempladas. Atualmente, o receio de muitos é que, em nome da educação para todos, os governantes desprezem as necessidades educacionais especiais desta população, restringindo-se a permitir seu acesso às escolas regulares, e, com isso, deixem de garantir o que há de especializado no atendimento educacional (PRIETO, 1999/2000).

Por outro lado alguns municípios, antes mesmo da CF/88, disponibilizaram recursos educacionais especiais, inicialmente para atender alunos com deficiência; ao longo desses anos, observa-se que eles têm mantido e desenvolvido ações na área de educação especial, como é o caso de Diadema.

## **Realização de estudos que demonstraram a viabilidade da pesquisa**

Nos primeiros seis meses da pesquisa foram testados os instrumentos e procedimentos de coleta de dados; foram reunidos, selecionados e categorizados os documentos normativos e de orientação que continham informações históricas sobre o município de Diadema e seu sistema de ensino e, portanto, considerados essenciais para a compreensão da evolução das propostas de atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Hoje, dispomos de cinco volumes de documentos, divididos pelas gestões administrativas: o primeiro volume contém documentos de 1983 a 1988; o segundo, de 1989 a 1992; o terceiro, de 1993 a 1996; o quarto, de 1997 a 2000; e o último, de 2000 a 2003. Este produto imediato da pesquisa foi doado para a SECEL durante reunião de devolutiva dos resultados alcançados no final de 2003. Há alguns documentos que ainda serão agregados a estes volumes, pois foram localizados e catalogados somente no final do referido período da pesquisa.

Para agregar indicadores quantitativos do atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais na rede de ensino de Diadema e, com isso, buscar dados que possibilitem *analisar quantitativa e qualitativamente o fluxo escolar desses alunos* (objetivo 2 desta pesquisa) foram criadas, testadas e aprimoradas as planilhas de coleta de dados. Somado a isso, foram consultados o Censo Populacional 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de excertos dos documentos compilados.

Ainda, foram desenvolvidos e implementados os critérios, estratégias e instrumentos para estudo da unidade escolar-piloto, do qual fez parte observar o cotidiano escolar; participar de reuniões coletivas; consultar documentos da escola; elaborar e aplicar instrumento para caracterização dos professores; formular critério para selecionar, dentre os professores, quais seriam entrevistados; entrevistar e transcrever os depoimentos e criar critérios para sua análise; fotografar e analisar o espaço escolar face às normas

estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000<sup>7</sup>.

A seguir apresentar-se-ão os resultados parciais dessa primeira fase da pesquisa, começando pela breve sistematização da história da educação especial em Diadema, seguida de considerações finais que expressam alguns dados do estudo de caso.

### **Atendimento educacional especializado em Diadema: história, princípios e metas**

O município de Diadema, situado a 17 Km do centro da capital paulista, conquista sua autonomia político-administrativa em 1959<sup>8</sup>. Sua extensão territorial compreende uma área de 30,7 km<sup>2</sup>, com população total de 357.064 habitantes, sendo 175.109 homens e 181.955 mulheres<sup>9</sup>, segundo o perfil do município divulgado em 2001 como resultado do Censo Populacional de 2000. Sua densidade populacional (11.630,75 hab./km<sup>2</sup>, em 2000) é uma das maiores do Brasil, o que gera grandes desafios para o planejamento de políticas sociais que objetivem a melhoria da qualidade de vida da população. Segundo dados divulgados na “Revista Diadema – uma cidade de direitos” (set. /1995, n.º 1), constata-se uma crescente evolução populacional nas últimas décadas, passando de 12.000 habitantes em 1960, e 60.000 na década de 70, para 300.000 em 1990.

A história da educação especial em Diadema, segundo informação registrada no jornal intitulado “Diadema Jornal”, de 3 de dezembro de 1988<sup>10</sup>, p. A-10, se inicia com a criação, em 1988, de uma escola especial para alunos com deficiência auditiva, resultado de um movimento de reivindicação de pais que não tinham onde matricular seus filhos.

Até o ano de 1991 somente alunos com outras necessidades educacionais especiais estavam matriculados nas pré-escolas e, neste ano, esta diretriz foi estendida àqueles

---

<sup>7</sup> Esta Lei federal foi publicada no Diário Oficial da União, em 20 de dezembro de 2000.

<sup>8</sup> Dado consultado no documento intitulado “Diadema cada dia melhor – informações gerais”. Dezembro de 1995, p.3.

<sup>9</sup> No documento consultado constava a seguinte observação: “os dados de população masculina e feminina foram gerados através de proporcionalidades”.

<sup>10</sup> Gestão do prefeito Gilson Menezes – PT – 1983/1988

com deficiência auditiva. Todavia, os alunos com essa deficiência, em idade de freqüentar o ensino fundamental, permaneceram na E. M. E. E. “Olga Benário Prestes”.

A organização da educação municipal em uma secretaria denominada “Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer” (SECEL), pautada na diretriz da construção de um “cidadão cultural” e, tendo por desafio integrar essas diferentes áreas<sup>11</sup>, iniciou-se em 1993<sup>12</sup>. A partir desta data, o setor educacional estruturou-se em um Departamento de Educação, com três Divisões: da Educação da Criança, da Educação Especial e do Trabalhador. Havia ainda, no organograma da SECEL, uma Escola Profissionalizante<sup>13</sup>, não vinculada a essas divisões.

Na primeira gestão do prefeito José Fillipi Júnior (1993-1996), o Serviço de Educação Especial<sup>14</sup> era composto pela E.M.E.E. “Olga Benário Prestes”, criada em 1988, pelo convênio com a APAE/Diadema, pelo transporte da pessoa com deficiência e pela modalidade itinerante, responsável por desenvolver o “Programa de Integração”. Inicialmente, este programa ficou sob a coordenação de uma pedagoga habilitada em Educação de Distúrbios da Áudio-Comunicação (EDAC)<sup>15</sup>, responsável, na época, pela coordenação da E.M.E.E. “Olga Benário Prestes”.

No espaço da referida escola passa a funcionar, em 1993, o Serviço de Educação Especial, oferecendo a modalidade professor itinerante. Para a implantação deste Serviço são convidados professores da rede com curso e/ou experiência em atendimento a deficiências. Quatro professores se apresentam como interessados, sendo duas formadas na área de EDAC e as demais, professoras de educação infantil com experiência e curso de formação na APAE/São Paulo, portanto, na área da deficiência mental.

Ao término de 1993, os professores itinerantes atendiam a 48 alunos, o que obrigou o município a ampliar o quadro de profissionais por meio de uma seleção pública, realizada

---

<sup>11</sup> Conforme fundamentação apresentada em documento intitulado “Diadema: uma cidade de direitos”, setembro de 1995. n.º 01, p 10.

<sup>12</sup> Ressalta-se que até 1992 a educação no município de Diadema era vinculada ao Departamento de Educação, Cultura e Esporte (DECE).

<sup>13</sup> Atualmente, esta escola é denominada Fundação Florestan Fernandes.

<sup>14</sup> Nesse momento a chefia da Divisão de Educação Especial foi assumida pela Profa. Cecília Guaraná.

<sup>15</sup> Profa. Marisa Fortunato.

no princípio de 94. Assim, foram contratados em regime temporário, quatro professores habilitados na área da deficiência mental.

Nesse mesmo ano, cria-se o cargo de professor para alunos com deficiência visual e mental e contrata-se, por concurso público, mais professores, sendo dois na área de deficiência visual, dois na área da deficiência auditiva e seis na de deficiência mental, totalizando dez professores. Ainda, implanta-se o atendimento fonoterapêutico para crianças surdas que estavam matriculadas na rede municipal e ocorre o I Seminário Municipal de Educação Especial, intitulado: “O Portador de deficiência conquistando sua cidadania”. Ao final desse ano, estavam sendo atendidos 84 alunos na modalidade professor itinerante.

No ano de 1995, são criadas Salas de Recursos (SR) na E.M.E.E. “Olga Benário Prestes”, para atender alunos com deficiência visual e auditiva, provenientes de escolas das redes públicas, estadual e municipal. Com isso, a discussão de uma política de atendimento do Serviço de Educação Especial vai sendo fortalecida. Na E.M.E.E. “Olga Benário Prestes” implanta-se uma assessoria para discutir o tema linguagem e, concomitantemente, implementa-se um serviço denominado “Sala de Leitura”, com o objetivo de estimular os alunos com deficiência auditiva a ampliar seu universo de conhecimentos via leitura dirigida.

No decorrer da gestão 1993-1996, a referida escola busca reformulações no campo da proposta pedagógica, alterando a visão de que a pessoa surda tem que estudar dois anos em cada série. Também em 1995, inicia-se na escola especial a 5ª série, adotando, como princípio, que seus professores seriam habilitados por área de conhecimento e não em EDAC, necessariamente.

Em seguida, no decorrer deste mesmo ano, é criado o Grêmio Estudantil da escola especial e implementado o atendimento correspondente aos dois primeiros anos do ensino fundamental, denominado Alfa, para alunos jovens e adultos surdos. Instaura-se a profissionalização dos surdos na escola municipal profissionalizante<sup>16</sup> já existente em Diadema, bem como o atendimento por meio de serviço itinerante aos jovens e adultos matriculados no Serviço de Educação de Jovens e Adultos (SEJA).

---

<sup>16</sup> Em 1996 esta escola é denominada Fundação Florestan Fernandes.



Nesse momento, a equipe amplia-se, passando a ter sete professores itinerantes na área da deficiência mental, dois na da deficiência auditiva e dois na da deficiência visual, num total de onze. O atendimento segue o ritmo dos anos anteriores, em que se constatava sua gradativa ampliação e, desse modo, ao final desse ano, são atendidos, aproximadamente, 110 alunos.

Na evolução das propostas para a educação especial em Diadema, em 1996 é realizado o “I Censo do Portador de Deficiência”, cujos resultados revelaram que 40% dos portadores de deficiência eram de natureza física e 21%, mental. Estes dados contrariaram a Organização Mundial de Saúde (OMS) que estima uma distribuição com 50% de pessoas com deficiência mental (DM) e 20% com deficiência física (DF). A pesquisa constatou que 49% do total da deficiência física são de pessoas que somente após os 15 anos de idade a adquiriram; 38% dessas pessoas a adquiriram em função de acidentes de trabalho; 23% em acidentes de trânsito; e 18% em acidentes domésticos. A deficiência atinge em maior número os setores mais empobrecidos da população, sendo que 84% deles estão nos extratos “D” e “E”, enquanto apenas 1% se encontra no extrato “A”. São apontados também outros dados: na distribuição dos portadores de deficiência por sexo; constatou-se que 42% eram mulheres e 58%, homens; 76% do total não freqüentavam escola especial; 9% a freqüentava; 7% já a havia freqüentado; e, para 8% dos consultados, este enquadramento não se aplicava. Quanto à freqüência em escola comum, se esta categoria não se aplicava a 6% do total dos participantes da pesquisa, 41% freqüentavam a classe comum e 12% já a haviam freqüentado.

Na lógica da expansão do atendimento, em 1996, as Salas de Recursos nos períodos manhã e tarde ampliam o número de alunos. É designada uma professora da equipe de educação especial para assumir o cargo de “Professora Assistente Técnico-Pedagógica” (PATP) junto ao Departamento de Educação (DEPED). A equipe de professores especializados é ampliada, totalizando dezessete professores, sendo onze na área da deficiência mental, três na da deficiência visual e três na área da deficiência auditiva. O atendimento dos professores itinerantes atinge, no final do primeiro semestre de 1996, um total de 150 alunos.

Em 1996, são criados o “Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência” (COMPEDE) e o Conselho Escolar na E.M.E.E. “Olga Benário Prestes”. No segundo

semestre, instala-se a Sala de Apoio Pedagógico (SAP) para alunos com deficiência física e ocorrem a II “Semana da Educação Especial” e o “I Encontro de Comunicação como Forma de Expressão”, além de diversas ações no campo cultural e esportivo com a participação dos alunos da escola especial. Ressalta-se, em tempo, que à época os alunos surdos freqüentavam aulas de judô na própria escola.

Ainda no final dessa gestão, na rede de ensino de Diadema foi implementada a primeira eleição para os “Professores Coordenadores” e “Professores Assistentes de Direção”.

Na administração seguinte (1997-2000), as ações em educação foram evoluindo, mas o destaque nos documentos consultados foi para a implantação e implementação do “Centro de Atenção à Inclusão Social” (CAIS), em 1999.

O Centro de Atenção à Inclusão Social (CAIS), no qual estão lotadas Salas de Recursos (SR) e de Apoio Pedagógico (SAP), juntamente com o referido serviço itinerante, tal como já mencionado, é efetivamente implantado em 1999. O espaço que este Centro utiliza é de uma escola de educação infantil que naquele momento estava desativada, a E.M. “Elza de Lourdes Segres”. Ressalta-se que anteriormente todas as referidas Salas de Recursos e de Apoio Pedagógico funcionavam no prédio da E.M.E.E. “Olga Benário Prestes”. Já o serviço itinerante ocupou diferentes espaços, permanecendo por um período nesta escola especial, outro na SECEL, depois no Departamento de Educação e, finalmente, no mencionado Centro.

Nesse período, no que se refere à E.M.E.E. “Olga Benário Prestes”, constata-se a manutenção da discussão para elaboração e implementação de seu Projeto Político Pedagógico; criam-se oficinas de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para os pais; o atendimento fonoaudiológico é ampliado, envolvendo alunos (com surdez), matriculados na educação infantil da rede municipal de Diadema e no ensino fundamental da rede estadual.

Ocorrem, nos anos de 1998 e 2000, ainda, os “II e III Encontros de Comunicação como Forma de Expressão” e intensifica-se a participação dos jovens em esportes e concursos fora do município. Além disso, com a formatura da primeira turma do ensino fundamental da escola especial, em 1998, amplia-se o número de vagas para ingressantes. Também prosseguem os investimentos na direção da consolidação do Grêmio Estudantil,

intensificam-se os trabalhos da Suplência I e amplia-se o atendimento na Sala de Leitura para todos os alunos da escola especial.

Também em 2000, encontram-se registradas nos documentos consultados algumas intenções no sentido de implantar um serviço de estimulação essencial e profissionalização no próprio CAIS. Ressalta-se que um projeto sobre as ações do CAIS, inscrito no programa “Gestão Pública e Cidadania da Fundação Getúlio Vargas”, foi premiado em 2000 por sua classificação entre os 10 finalistas.

Ao final desse ano, a equipe do CAIS conta com 25 professores, entre os itinerantes e os das Salas de Recursos e Apoio Pedagógico. Desses, quatro contratados em caráter temporário. O somatório dos atendimentos demonstrava que o Serviço de Educação Especial em Diadema atingia a 618 alunos, considerados nesse montante os que freqüentavam as referidas Salas, bem como os matriculados nas classes comuns de educação infantil, de ensino fundamental e nas Suplências I e II, atendidos pelos professores itinerantes.

Com relação às metas propostas pelas gestões que vigoraram durante o período de 1993 a 2002, há indicação de preocupação permanente com a busca de estreitamento da relação com a sociedade civil. Os documentos apontam ações de incentivo da participação popular como, por exemplo, a implementação e ampliação de Conselhos Municipais. Houve também a formalização de uma política educacional cuja meta é a inclusão de todos, o que originou propostas de ações tanto na educação comum quanto em relação à ampliação de serviços especializados para o atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Tal como explicitado nos três primeiros objetivos deste estudo, todas estas informações serão objeto de análise documental, fundamentada em referencial teórico indicado neste projeto.

### **Estudo de Caso: informações coletadas na Escola Municipal “Jardim União”**

Realizamos um estudo-piloto numa das escolas municipais de Diadema, para que pudéssemos viabilizar todos os instrumentos de coleta de dados que utilizaremos nesta pesquisa. A escolha foi realizada numa reunião na SECEL na qual todos os

coordenadores das escolas estavam presentes e foram apresentados ao Projeto, bem como aos critérios para esta escolha. Fica decidido, por unanimidade, que a E.M. “Jardim União” era a mais adequada a esta fase do projeto. Para viabilização deste estudo–piloto, o Projeto foi apresentado para todos os professores desta escola, em horários previamente agendados e na presença de uma das assistentes de coordenação. Reiterou-se que a equipe de pesquisa estaria engajada em levantar indicadores para analisar a política pública de educação do município, e não a escola ou os professores, em particular.

O período em que o grupo de pesquisa esteve na escola foi utilizado para observar e executar os registros fotográficos dos diferentes ambientes, visando participar dos encontros de formação continuada, para a realização das entrevistas, para conviver com a dinâmica de funcionamento diário da escola, para consultar documentos, enfim, para coletar dados qualitativos e quantitativos a serem apresentados nos próximos itens.

A seguir serão incorporadas resumidamente algumas das informações coletadas, inclusive as das entrevistas.

### **Caracterização física e material da E. M. “Jardim União”**

Pela observação, pôde-se constatar que a escola “Jardim União” apresenta condição ou conjunto de condições físicas ou legais que impossibilitam a total adaptação de edifício, mobiliário ou equipamento à plena acessibilidade.

Nos depoimentos, as professoras da educação infantil destacaram que a escola encontra-se bem equipada em termos de materiais para uso cotidiano, o que foi declarado como item pouco satisfatório quando a referência é o ensino fundamental e a Educação de Jovens e Adultos.

### **Sobre os compromissos assumidos no Plano Anual da E.M. “Jardim União”**

No Plano Anual da Escola Municipal “Jardim União” destaca-se, como objetivo geral, o compromisso em propiciar a construção e o aperfeiçoamento de conhecimentos e habilidades que permitam aos alunos compreender e transformar a realidade. Esta unidade escolar se propõe a viabilizar o desenvolvimento de aspectos físicos, emocionais,

intelectuais, estéticos e éticos, para a ampliação e transformação de saberes, hábitos, atitudes e habilidades que respondam às necessidades específicas de sua clientela. Quanto à educação especial, há a preocupação em garantir o desenvolvimento social e cognitivo dos alunos, sendo respeitadas suas potencialidades através das adequações curriculares que se fizerem necessárias.

Observamos a existência de uma redução no número de alunos em turmas que recebem alunos com necessidades educacionais especiais. Segundo a coordenação da escola estudada, há uma orientação do Departamento de Educação indicando composição diferenciada para essas turmas e prevendo redução de até 20% no número total para cada uma destas modalidades<sup>17</sup>. Cabe indagar como esta normativa da SECEL tem sido cumprida e se responde às necessidades dos alunos bem como dos professores e seus responsáveis, o que deverá ser consultado, na continuidade desta pesquisa.

### **Caracterização dos professores da E.M. “Jardim União”**

Paralelamente à coleta de informações sobre a organização e o funcionamento dessa escola, foi realizada a caracterização de todos os professores através de um instrumento fechado.

Algumas questões da entrevista feita com os professores solicitavam conhecer qual a contribuição que os cursos - já concluídos ou não - haviam trazido para o trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Todas as entrevistadas relataram não terem cursado disciplinas específicas em sua formação (Magistério e/ou Pedagogia) para o trabalho com necessidades educacionais especiais. No entanto, consideraram importante que este tópico fosse explorado e discutido, tanto nestes cursos quanto nas formações oferecidas na rede.

---

<sup>17</sup> Esse critério está registrado no Regimento Comum das Escolas Municipais de Diadema, art. 125, “Parágrafo Único – Quando, no ato da matrícula, a escola for informada de que o aluno é portador de necessidades especiais, o número de vagas será reduzido em 20%, e a equipe de Educação Especial, junto ao grupo-escola, fará uma avaliação do referido aluno, mantendo ou não esta redução” (p.31).

## **Caracterização das ações desenvolvidas na escola em termos de formação docente**

Durante nossas visitas à escola, pudemos observar a maneira como a equipe de coordenação organiza os momentos de formação. Vimos que estes períodos de formação têm uma pauta definida a ser discutida. Há a feitura de um “diário de bordo”, registro destes encontros por professores escolhidos neste coletivo. Estas reuniões tratam de assuntos diversos, como: recuperação, avaliação, atividades em classe, leitura e discussão de textos, entre outros. Pudemos observar a dinâmica e participação nestes encontros de formação por parte dos professores e da coordenação dentro dos três eixos que norteiam o trabalho da SECEL: qualidade social da educação, democratização do acesso e permanência e democratização da gestão.

Já durante as entrevistas com quatro de seus professores, que representaram os diferentes níveis de ensino desta escola e sua coordenação, pudemos extrair as suas opiniões. Todas as entrevistadas consideraram os momentos de formação, fundamentais para motivar a reflexão sobre a estruturação de sua prática. Segundo seus depoimentos, tais momentos apresentam-se bastante enriquecedores na medida em que abrangem discussões sobre temas diversos; além disso, suscitam, constantemente, que os professores avaliem sua intervenção e busquem esclarecimentos mais amplos através de pesquisas.

As professoras manifestaram também o desejo de aprender e discutir mais sobre questões relativas à necessidades educacionais especiais nas formações realizadas na escola: “[...] eventualmente nós conversamos sobre isso” (Entrevistada 1), “[...] este ano ela começou a ser um foco de discussão em hora de formação” (Entrevistada 2), “[...] umas dicas, informações [...] queria saber mais de Síndrome de Down” (Entrevistada 3).

## **Caracterização dos alunos com necessidades educacionais especiais atendidos na E.M. “Jardim União”**

Constatou-se que esta é a escola da rede de ensino de Diadema que mais atende alunos com necessidades educacionais especiais. Cabe averiguar posteriormente que motivos

justificam a diferença no número de atendimento entre as escolas de Diadema, tal como já citado anteriormente.

Nas questões da entrevista referentes ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, salientaram que o grupo de professores da escola, juntamente com os coordenadores, busca adequar o cotidiano escolar a sua clientela no que tange às salas de aula, currículo e tempo de permanência. Ainda, as colocações das entrevistadas contemplam as seguintes ações: troca de sala de aula (para o andar térreo, no caso de aluno cadeirante), encaminhamentos para o serviço de educação especial, adaptações curriculares e definição do tempo de permanência do estudante na escola.

Todas as entrevistadas crêem no direito de freqüentar classes comuns, aos alunos com necessidades especiais. Aliado a isto, entretanto, elas apontaram ser preciso mais respaldo para desenvolver seus trabalhos em sala de aula; sugerem ampliação e aprofundamento das discussões referentes à temática da educação especial envolvendo todos os profissionais da rede; reivindicam mais profissionais especializados para atender a demanda de professores e alunos, dentre outros assuntos.

### **Sugestões para melhoria do atendimento em educação especial**

Ainda nessa direção, quando as questões da entrevista solicitavam que comentassem sobre as ações desenvolvidas pela Divisão de Educação Especial da SECEL, as entrevistadas revelaram pouco conhecimento em relação ao CAIS e à escola especial “Olga Benário Prestes”, argumentando que mantêm contato somente com a equipe de educação especial que visita a escola, ou seja, com as professoras do serviço itinerante e com uma professora da educação especial que compõe a equipe do GIM<sup>18</sup>. Se este contato ocorresse com freqüência, o professor da sala de aula teria a chance de trocar experiências com outros profissionais, bem como de conhecer melhor seu aluno e acompanhar seu desenvolvimento - no caso de estudantes que freqüentam tanto o CAIS quanto a escola regular.

---

<sup>18</sup> GIM – Grupo de intervenção metodológica.

Nota-se que as entrevistadas explicitaram três categorias de reivindicações, envolvendo os profissionais da educação especial: suporte para sua intervenção, enquanto professoras; atendimento mais intensivo e individualizado aos alunos; e, em uma dimensão mais global, a ampliação das formações a todos os professores da rede.

Pôde-se perceber que algumas falas concentram-se bastante no campo da explicitação das dificuldades encontradas no atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, as quais são atribuídas, de maneira geral, a fatores pessoais (insegurança e falta de habilidade); materiais (carência de recursos); formativos (ausência de discussões e formações sólidas); estruturais (relativos à configuração da política do município). As colocações referentes às sugestões e necessidades dos agentes escolares concentraram-se, implícita ou explicitamente, como já mencionado acima, no eixo estrutural.

Foram citados quatro aspectos que viabilizariam a melhoria deste atendimento: a definição das diretrizes políticas que regem as ações (abrange compromisso, clareza, luta pelo ideal sem desconsiderar a realidade e a dinâmica das escolas); a mobilização de todos os profissionais (implica ter-se consciência e clareza de seu papel); a definição das concepções pedagógicas adotadas (reflexão, registro, discussão e avaliação da prática, disponibilidade e apoio para realizar adaptações curriculares, flexibilizações, suporte) e o trabalho com a temática da educação especial nas formações dos docentes.

## **Considerações finais**

As constatações resultantes do trabalho realizado pela equipe na primeira etapa desta pesquisa não somente indicam a possibilidade de prosseguir o estudo investigativo, como foram fundamentais para a identificação de alguns elementos a serem mais bem explorados na sua continuidade.

Os objetivos mencionados no início desta exposição, referentes à formação da equipe de pesquisadores, à consolidação das parcerias e à localização das fontes de pesquisa disponíveis, foram concretizados no decorrer do primeiro semestre de atividades.



Ainda no sentido de afirmar a viabilidade em dar prosseguimento ao presente trabalho, salienta-se que os resultados obtidos a partir do estudo-piloto realizado na E.M. “Jardim União”, comprovaram a funcionalidade dos instrumentos de pesquisa para a coleta de informações que subsidiarão a obtenção de indicadores voltados à análise da política de educação especial em Diadema.

No que diz respeito aos demais equipamentos de Diadema, buscar-se-á verificar se as informações coletadas na E.M. “Jardim União” são verdadeiramente representativas, no sentido de refletirem a totalidade da rede. Esta ação poderá partir do aprofundamento investigativo sobre como as demais unidades escolares respondem às propostas do Departamento de Educação, atentando para a recorrência da necessidade de alteração em suas dinâmicas de funcionamento, tal como constatado mediante observações e depoimentos na escola-piloto. Além disso, as iniciativas internas desenvolvidas para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais - que forem comuns a um número considerável de escolas - poderão ser estudadas enquanto possíveis indicadores de melhoria da qualidade educacional da rede.

As diferenças quanto ao número de alunos com necessidades educacionais especiais atendidos em cada escola, assim como as medidas para a garantia de acessibilidade destes educandos aos prédios escolares e aos diversos espaços de que dispõem internamente, serão outros quesitos a serem explorados na FASE II deste projeto, quando da coleta de informações nos demais equipamentos do município.

Em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais, considerando-se a ausência de registros acerca do fluxo escolar desta clientela, assim como a imprescindibilidade destes últimos na indicação de direcionamentos no âmbito das políticas públicas, a equipe buscará construir um mapeamento mais amplo a partir da obtenção de informações relativas ao diagnóstico, nível e modalidade de ensino, e tipo de suporte que recebem ao longo de sua trajetória formativa.

Os dados quantitativos referentes ao número de alunos sem diagnóstico e considerados portadores de Distúrbios Globais do Desenvolvimento - casos bastante recorrentes - poderão ser investigados pela equipe mediante a maneira pela qual tem-se operado a integração entre a SECEL e os serviços de saúde, bem como pelo acesso aos históricos e prontuários desses educandos.

Quanto à formação acadêmica dos professores, entre os mencionados depoimentos, registramos a importância atribuída à vivência do estágio, sendo este um meio para estabelecer vínculo entre os aspectos teóricos abordados no decorrer da graduação e a prática docente. Reconhecendo tal experiência como imprescindível para o conhecimento de materiais didáticos e estratégias para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, o estágio acadêmico poderá vir a ser um dos aspectos reputados nas reflexões sobre a melhoria da formação de professores. A ausência de aprofundamento de temáticas relativas à educação especial - durante os cursos de formação docente - e a necessidade de ampliar as discussões promovidas nas escolas e na rede - aspectos mencionados nas entrevistas - constituem-se itens que também subsidiarão as referidas reflexões.

Da mesma forma serão analisadas as problemáticas relativas ao número de profissionais da educação especial, à periodicidade e à estruturação dos atendimentos, sendo que, a partir deste último aspecto, buscar-se-á perceber se os professores das salas de aula, tanto quanto os alunos estão recebendo um suporte adequado às suas necessidades.

A equipe buscará ainda averiguar quais os meios mais eficazes para contemplar as necessidades da clientela da educação especial, partindo do estudo de possíveis encaminhamentos políticos relativos à descentralização dos modelos de atendimento especializado, bem como à priorização de investimentos no ensino regular, de modo a aperfeiçoar os serviços de apoio existentes nesta esfera.

## Referências bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, ABNT. NBR-9050. Rio de Janeiro, Setembro, 1994.
- BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 10.098, de 19/12/2000. Diário Oficial da União. Brasília: 19 de dezembro de 2000.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- DIADEMA. Prefeitura Municipal. Gabinete do Prefeito. *Lei nº 860*, de 5 de novembro de 1986. Diadema, São Paulo.
- DIADEMA. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer/Departamento de Educação. *Regimento comum das escolas municipais de Diadema*. Diadema/SP: SECEL/DEPED, dezembro de 1996.
- DIADEMA. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer/Departamento de Educação. *Programa de Formação Permanente ensino fundamental regular*. Grupo de Intervenção Metodológica – GIM. Diadema/SP: SECEL/DEPED, 2003.
- DIADEMA. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer/Departamento de Educação. *Plano Anual da Escola Jardim União*. Diadema/SP: SECEL/DEPED, 2003.
- LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- PRIETO, Rosângela Gavioli. Educação para todos: reflexões sobre o atendimento escolar dos portadores de deficiência. In: *Educação em Foco*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1999/2000.